

**COMISSÃO DE SAÚDE****REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Do Sr. PROFESSOR ALCIDES)

Requer a declaração de  
prejudicialidade do Projeto de Decreto  
Legislativo nº 397/2023

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no inciso I do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 397/2023, tendo em vista que a norma regulamentar atacada encontra-se revogada.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2023, que está sob minha Relatoria na Comissão de Saúde, sugere a sustação da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 761, de 23 de novembro de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Essa norma trouxe novo regramento para obrigar o uso de máscaras faciais nos terminais aeroportuários e no interior dos aviões, tema tratado na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 456, de 17 de dezembro de 2020, tendo em vista a pandemia de covid-19.

As restrições determinadas na RDC nº 456/2020 foram reduzidas em virtude do encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarado por meio da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril 2022. Com isso, a Anvisa suspendeu a obrigatoriedade do uso de máscaras nos aeroportos e aeronaves e passou apenas a recomendar esse uso, especialmente por pessoas vulneráveis com maior risco de infecção por covid-19, nos termos da RDC nº 745, de 17 de agosto de 2022.



Todavia, em novembro de 2022, o colegiado da Anvisa voltou atrás nessa decisão e passou a tratar o uso de máscaras em aeroportos e aeronaves como obrigatório, por meio da RDC nº 761/2022, que é o objeto da sustação deste Projeto de Decreto Legislativo nº 397/2023.

Nesse meio tempo, a Anvisa editou nova Resolução da Diretoria Colegiada, a RDC nº 776, de 1º de março de 2023, e revogou a Resolução atacada no presente Projeto de Decreto Legislativo. Saliente-se que a RDC 456/2020, que tratava das restrições sanitárias gerais direcionadas a limitar os riscos de transmissão da covid-19 também foi revogada no dia 24 de julho deste ano, por meio da edição da RDC nº 805.

Desse modo, considerando que a norma objeto da sustação proposta pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 397/2022 perdeu sua vigência por revogação, verifica-se, no presente caso, que ocorreu a perda do objeto da proposição em comento, com a perda de oportunidade de produção de efeitos jurídicos. Esse fato está previsto no art. 164, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, como supedâneo da prejudicialidade.

Ante o exposto, solicito a declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2022.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado PROFESSOR ALCIDES

2023-12638

